

Press reports linked to

MOZAMBIQUE 159

News reports & clippings 18 March 2010

from Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

=====

81310E **DISPUTE WITH DONORS OVER, SAYS MINISTER**

Maputo, 18 Mar (AIM) – Mozambique’s Minister of Planning and Development, Aiuba Cuereneia, on Thursday confirmed that the dispute between the government and those donors who provide direct support to the state budget has been solved.

These 19 donors and funding agencies, known as the Programme Aid Partners (PAPs) or simply as the G-19, had, in May 2009, pledged 472 million dollars in budget support for 2010. Normally disbursements begin in January – but so far this year most of the G-19 have provided nothing at all.

An important exception was the World Bank – according to finance Minister Manuel Chang, it has disbursed the 110 million dollars in budget support that it promised.

In public, the donors gave no reason for withholding the promised funds, but it is no secret that they were angered at the way the National Elections Commission (CNE) mishandled various aspects of last October’s general elections.

Among the demands the donors are reported to have made are changes in the electoral legislation, legislation on conflicts of interest, and improvements in anti-corruption legislation.

Speaking to reporters, Cuereneia said the problems had been solved, and he expected the budget support to be disbursed as from April. Indeed, on Wednesday the Spanish ambassador, Lopez Buesquets, reaffirmed Spanish direct budget support for 2010 of nine million euros (about 12.3 million US dollars).

Cuereneia played down the friction with the donors. “There’s a negotiation. We’re partners”, he said. “Under our memorandum of understanding with the G-19, whenever there is a problem, we have to sit down and talk about it”.

A document on the consensus reached at these negotiations would be signed next week, he said. Since the money was guaranteed, there was no need for the government to rewrite the 2010 budget, which has been submitted to the country’s parliament, the Assembly of the Republic.

Asked what the government had conceded, Cuereneia replied “The government didn’t concede anything. We came to an understanding”.

Cuereneia also confirmed that the current fuel subsidy, under which the prices of diesel, petrol and kerosene have been frozen for the past year, is about to come to an end. He said the government was committed to returning to monthly assessments of fuel prices, the scheme that was abandoned after March 2009.

Under this scheme, the price of liquid fuels is altered if the import price, when expressed in the Mozambican currency, the metical, has moved in either direction by more than three per cent since the previous monthly review.

(AIM)

Pf/ (418)

Maputo, 17.03.2010 *mediaFAX* nº. 4497

Que opõe o governo moçambicano e o G 19

Braço de ferro a caminho do fim

- dos dez pontos que preocupam os doadores, apenas um não foi aceite pelo executivo de Armando Guebuza

(Maputo) Ao que tudo indica, o ambiente de críspação opondo o governo moçambicano e o grupo de parceiros externos que apoia directamente o Orçamento do Estado moçambicano, o chamado G-19, está a caminhar a passos largos para o seu fim, de acordo com as últimas informações que transpiram no seio dos grupos negociais.

É que, as partes alcançaram no último encontro alguns espaços de concordatas em maior parte dos pontos que o grupo de doadores colocou à mesa como preocupações que precisam de apreciação e resolução urgente por parte das autoridades moçambicanas. Nos aspectos que não compete a si (como governo) os doadores pedem que o executivo de Maputo use o seu *lobby* no sentido de influenciar uma legislação que crie condições para a consolidação do Estado de Direito Democrático no país, através da sua maioria no parlamento moçambicano.

Soubemos que dos 10 pontos colocados à mesa, apenas 1 não teve apreciação positiva por parte do executivo moçambicano. Tal ponto tem a ver com a exigência da criação de esforços para a despartidarização do Aparelho de Estado, o que vulgarmente se chama de ***células do partido em instituições públicas***.

Aliás, em relação a este assunto, altas figuras dirigentes da Frelimo já apareceram em público a dizer que nenhum partido é impedido de instalar células no Estado. Segundo entendimento destes dirigentes do partido no poder em Moçambique, basta que os partidos da oposição estejam organizados para avançar com a instalação de células nos órgãos de Estado. As críticas em relação a estes pronunciamentos têm estado a ser feitas quase por todos os

moçambicanos, pois considera-se que este comportamento faz com que a Frelimo se confunda com o Estado e o Estado com a Frelimo.

Este é o ponto que os doadores levaram também à mesa negocial com o governo como uma das práticas que deve ser eliminada para a criação, no país, de um verdadeiro ambiente de democracia multipartidária.

Entretanto, soubemos, o grupo negocial do governo disse aos doadores que não competia a si fazer qualquer que fosse a coisa em relação a esta matéria, na medida em que, no entendimento do governo moçambicano, “esse é um assunto eminentemente partidário, pelo que o governo moçambicano não se pode meter”. Esta é a justificação encontrada pelo grupo negocial.

Na verdade, embora não tenha sido efectivamente aceite, sabe-se que os doadores acabaram se conformando mais porque os outros nove pontos de discussão foram completamente aceites pelas autoridades moçambicanas. Ou seja, houve compromisso de que um esforço adicional será feito para corrigir os pontos constantes nas preocupações da comunidade doadora.

No entanto, o G19 continua a mostrar algumas reticências em relação a efectiva concretização dos pontos que mereceram a concordância do governo. É que, os parceiros dizem que, na verdade, estes pontos vêm sendo discutidos há muito tempo e as autoridades moçambicanas, por várias vezes se comprometeram em encontrar melhorias mas, de concreto, pouco ou nada avançou.

Essencialmente, os 10 pontos colocados à mesa são: a necessidade de criação de condições para a distinção clara entre o Estado e o partido; Reformas eleitorais; a introdução de mudanças no funcionamento do parlamento moçambicano, particularmente no que diz respeito à necessidade de dar bancada parlamentar ao MDM; melhorar a composição dos Conselhos Comunitários Distritais (há muita reclamação porque este é o grupo que decide a distribuição dos 7 bis nos distritos e há impressão de que o

valor é só distribuído pelos membros e simpatizantes da Frelimo). No que diz respeito ao combate à corrupção, os doadores exigiram acções concretas para inverter os números dos indicadores internacionais; combater a impunidade; declaração pública de bens dos governantes; criação de leis efectivas para o combate de conflitos de interesses; melhoramentos dos procedimentos de *procurement* e, por fim, o melhoramento das leis do gabinete Anti-Corrupção. **(F. Mbanze)**

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Março de 2010:: Notícias

Assunto com G-19 está bem fechado - Ministro da Planificação e Desenvolvimento, a-propósito do alegado congelamento dos fundos para o Orçamento do Estado

“O ASSUNTO entre o Governo moçambicano e o G-19 (grupo dos 19 parceiros de apoio programático ao Orçamento do Estado) está fechado”, assegurou ontem em Maputo, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia. O governante fez esta declaração na sequência daquilo que vem constituindo motivo de debate e preocupação em alguns círculos de opinião, incluindo a informação, segundo a qual o G-19 estaria a congelar os desembolsos de fundos para o Orçamento do Estado de 2010, impondo condições, às quais supostamente o Executivo não estaria a responder cabalmente.

“Posso assegurar que esse assunto está bem fechado”, disse Aiuba Cuereneia, sem contudo avançar detalhes, prometendo uma conferência de Imprensa, próxima semana, para pormenores.

O Ministro da Planificação e Desenvolvimento proferiu estas palavras intervindo no decurso de uma conferência subordinada ao tema “Orçamento para 2010: um factor de combate à pobreza”, evento organizado pelo grupo SOICO.

Entretanto, o Governo, representado pelo Ministro da Planificação e Desenvolvimento, assina hoje, em Maputo, um memorando de entendimento com os parceiros de cooperação, com vista à implementação do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas em todo o país.

Apesar das insistentes informações sobre um alegado desentendimento entre as partes, o Governo tem vindo a evitar fazer comentários exaustivos sobre a matéria, referindo apenas que não se trata de atraso no desembolso dos fundos, mas sim de uma questão de cronograma estabelecido.

O Ministro das Finanças, Manuel Chang, disse semana passada que o calendário acordado entre o Governo e os parceiros rege que os desembolsos comecem a efectivar-se a partir do próximo mês. Ademais, referiu que não havia motivos de alarme, dado que caso haja défices periódicos de tesouraria a legislação em vigor permite que o Governo recorra à emissão de Bilhetes de Tesouro, desde que haja garantias de reembolso durante o mesmo exercício financeiro.

Embora não tenha chegado a ser confirmado, quer pelo Governo, quer pelo G-19, informação posta a circular indicava que entre as alegadas imposições feitas pelos doadores figuram a necessidade da revisão pontual da Lei Eleitoral, melhoria dos itens de boa governação, bem como a luta contra a corrupção.

Os Parceiros de Apoio Programático (PAP) são um grupo constituído por 19 membros e incluem a Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Países Baixos (Holanda), Comissão

Europeia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça (Confederação Helvética), Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Mundial.